

**Nº 05**

**RELATÓRIO DE PESQUISA**

**O MAPA DA EXTREMA INDIGÊNCIA NO CEARÁ  
E O CUSTO FINANCEIRO DE SUA EXTINÇÃO**

(Apresenta um Comparativo com os Estados  
Brasileiros)

Abril de 2009

**Apoio:**



O Laboratório de Estudos da Pobreza é um centro de pesquisa instituído no Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo como finalidade principal desenvolver pesquisas sobre a pobreza e desigualdade social no Brasil, com preocupações especiais nos problemas do Nordeste e Ceará, servindo de subsídios no desenho de políticas públicas nessa área.

**Coordenador Executivo do LEP/CAEN/UFC**

Flávio Ataliba Barreto

Texto disponível em <http://www.caen.ufc.br/~lep/>

**Autores**

**Flávio Ataliba Barreto (ataliba@ufc.br)**

Coordenador Executivo do LEP/UFC,

**Carlos Alberto Manso (carlos\_manso@caen.ufc.br)**

Pesquisador do LEP/UFC, Doutorando CAEN/UFC

**José Arnaldo Silva dos Santos (arnaldosantos@caen.ufc.br)**

Pesquisador do LEP, Pós-Doutorando em Economia CAEN/UFC

Fortaleza 06 de abril de 2009

## I. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa apresenta um mapa da evolução da extrema indigência no Estado do Ceará entre 1995 e 2007. É caracterizada como extremamente indigente a pessoa cuja renda familiar *per capita* mensal é menor que 1/8 do salário mínimo (R\$ 47,50 em reais de setembro de 2007 – R\$ 1,58 ao dia, portanto). O estudo mostra informações como o número de indivíduos na extrema indigência no Ceará e sua comparação com outros estados; a proporção da população cearense composta por pessoas extremamente indigentes; a distribuição da extrema indigência pelas regiões censitárias do estado, bem como a composição por faixa etária, por gênero e por nível educacional. Apresenta-se, ainda, um cálculo do custo fiscal para a erradicação da extrema indigência, ou seja, o valor financeiro que deve ser transferido aos indivíduos extremamente indigentes para que suas rendas familiares *per capita* alcancem a linha igual a 1/8 do salário mínimo. Por fim, um cálculo análogo, considerando a erradicação da indigência também é mostrado.

## II. QUADRO COMPARATIVO DA POBREZA NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ.

A Tabela A apresenta a distribuição espacial da pobreza (linha igual a ½ salário mínimo), da indigência (linha igual a ¼ do salário mínimo) e da extrema indigência (linha igual a 1/8 do salário mínimo) em termos de Brasil, Região Nordeste e Ceará.

**TABELA A: Distribuição da Pobreza no Brasil, Nordeste e Ceará em 2007**

	Brasil	Nordeste	%	Ceará	%
População	189.820.330	52.304.743	27,55%	8.358.376	4,40%
Pobreza	57.511.231	27.022.225	46,99%	4.342.343	7,55%
Indigência	23.872.505	13.450.718	56,34%	2.204.137	9,23%
Extrema Indigência	10.394.383	5.956.542	57,31%	991.120	9,54%

Verifica-se na Tabela A como é desigual a distribuição da pobreza no país. A Região Nordeste, embora possuindo apenas 27,55% da população brasileira, possui 46,99% da pobreza, 56,34 da indigência e 57,31 da extrema indigência. Na mesma direção, o

estado do Ceará, com apenas 4,4% da população do país, tem 7,55% da pobreza nacional, 9,23% da indigência e pouco mais de 9,5% da extrema indigência do Brasil. Dessa forma, a desigualdade na distribuição dos grupos de baixa renda torna-se mais significativa para a indigência e extrema indigência, tendo mais que o dobro da relação entre a população do Ceará e do Brasil.

**TABELA B: Distribuição da Pobreza no Ceará por Área Censitária em 2007**

	Ceará	R.M. Fortaleza	%	Área Urbana	%	Zona Rural	%
População	8.358.376	3.492.847	41,79%	3.000.767	35,90%	1.864.762	22,31%
Pobreza	4.342.343	1.408.567	32,44%	1.633.659	37,62%	1.300.117	29,94%
Indigência	2.204.137	567.960	25,77%	807.623	36,64%	828.554	37,59%
Extrema Indigência	991.120	218.287	22,02%	352.429	35,56%	420.404	42,42%

A Tabela B examina a distribuição da pobreza no Ceará por região censitária, ou seja, as proporções pertencentes às regiões metropolitana, urbana e rural do estado. Inicialmente, pode-se constatar que a maior parte da população do estado encontra-se situada na região metropolitana de Fortaleza (41,79%), mas esta área só concentra por volta de 32% de pobres, 25,7% dos indigentes e 22% da extrema indigência. Na área urbana, esses níveis de pobreza são de certa forma proporcional ao tamanho populacional que vive nessa região, ou seja, em torno de 36%.

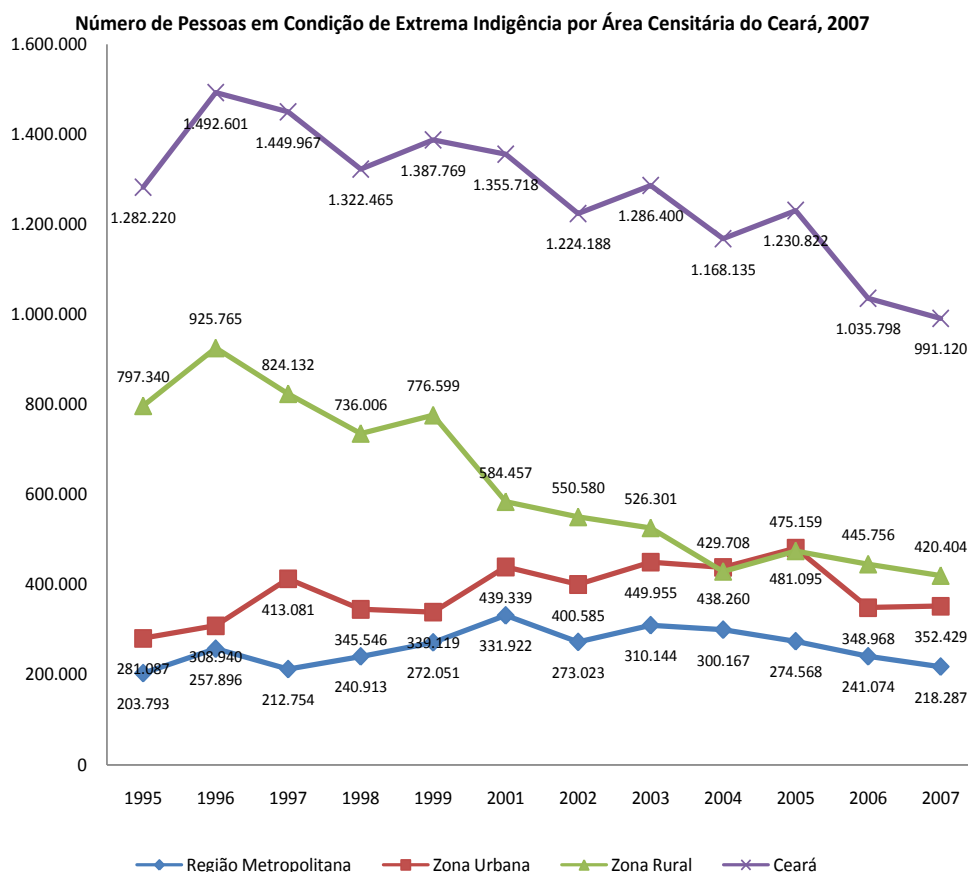
No entanto, é na zona rural que se verifica a maior concentração da pobreza. Essa área censitária registra uma população de 1.864.762 indivíduos - que corresponde a pouco mais de 22% da população do estado -, mas, por outro lado, concentra quase 30% dos pobres, 37,59% dos indigentes e 42,42% das pessoas que estão na extrema indigência. Ademais, pode-se verificar que por volta de 70% das pessoas que vivem na zona rural são pobres, 44,4% são indigentes e 22,5% estão sob condição de extrema indigência.

### **III. EVOLUÇÃO DA EXTREMA INDIGÊNCIA ENTRE 1995-2007 NO CEARÁ POR REGIÃO CENSITÁRIA.**

O Gráfico I apresenta a evolução do número de pessoas na condição de extrema indigência por área censitária de 1995 a 2007. Constata-se claramente que o número de pessoas na extrema indigência em 2007 no estado é bem inferior ao de 1995,

apresentando uma redução de 22,7%. Percebe-se, no geral, uma tendência decrescente no período como um todo, sendo interrompida apenas em três períodos distintos: 1998 a 1999, 2002 a 2003 e 2004 a 2005.

### GRÁFICO I



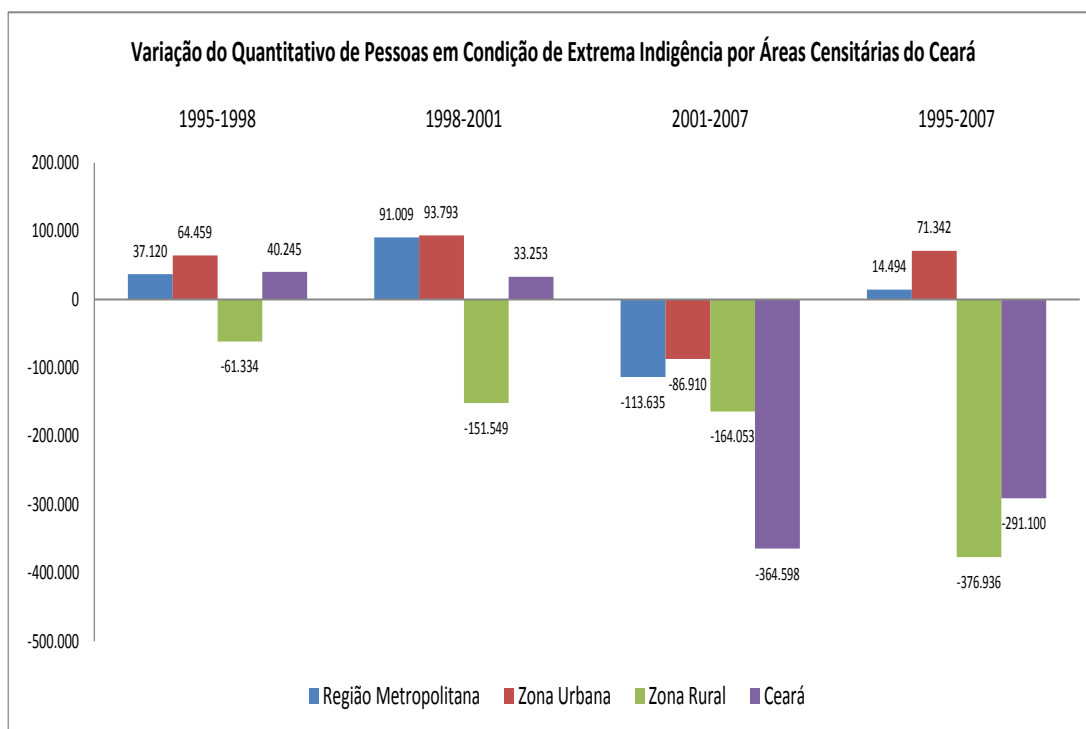
Quando se examina o comportamento da extrema indigência pelas regiões do estado, percebe-se que a diminuição nesse indicador se deveu fundamentalmente à redução verificada na zona rural, uma vez que em 1995 existiam 797.340 pessoas nessa condição, passando para 420.404 em 2007, uma queda significativa de 47,2%. Por outro lado, pode-se verificar que na zona urbana houve uma tendência crescente até 2005, quando o número de pessoas na extrema indigência passou de um pouco mais de 281 mil para 481 mil, um acréscimo próximo de 70%. É bem verdade que em 2006 há uma forte redução, estabilizando-se no ano seguinte.

A FIGURA 1 mostra as variações dos quantitativos de pessoas em extrema indigência no Ceara, por áreas censitárias, no período completo, de 1995 a 2007, e nos períodos menores de 1995-1998, 1998-2001 e 2001-2007. Fazendo uma análise

mais criteriosa do contingente de pessoas na extrema indigência nestes períodos, podemos especificamente identificar o efeito da crise financeira que se originou no sudeste asiático com importantes conseqüências sobre a Rússia e que atingiu o Brasil em 1998/1999 provocando uma forte desvalorização no Real. Consta-se que, nesse período, a região metropolitana foi a mais influenciada, com o número de pessoas na extrema indigência aumentando em quase 54 mil. Há também um impacto considerável na zona urbana.

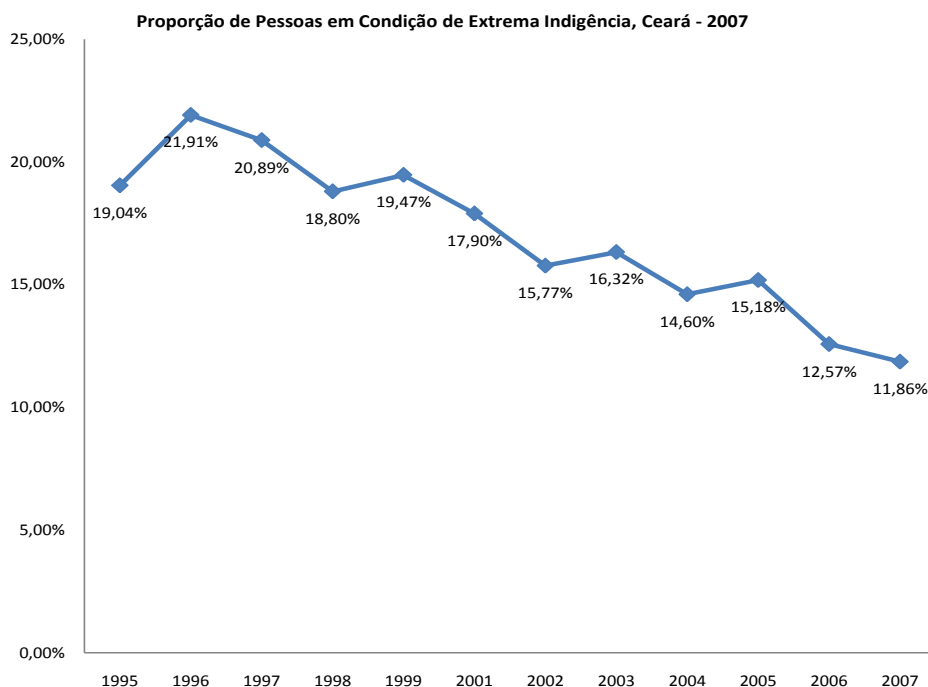
Ademais, pode-se verificar que a partir de 2001 houve uma queda significativa do número de pessoas na extrema indigência, diferentemente do que ocorreu no período anterior, em que apenas a zona rural apresentou redução neste indicador.

**FIGURA 1**



Assim como na zona urbana, observa-se na região metropolitana um aumento do número de pessoas vivendo na extrema indigência quando comparado a 1995. Há uma forte tendência crescente até 2001, como uma queda expressiva em 2002, um ligeiro aumento em 2003 e a partir daí uma tendência de suave queda, mas não o suficiente para ficar abaixo dos números de 1995. É evidente que o crescimento populacional afeta a magnitude desses números, o que nos coloca a necessidade de se fazer uma avaliação em termos proporcionais, o que é realizado no Gráfico II.

## GRÁFICO II

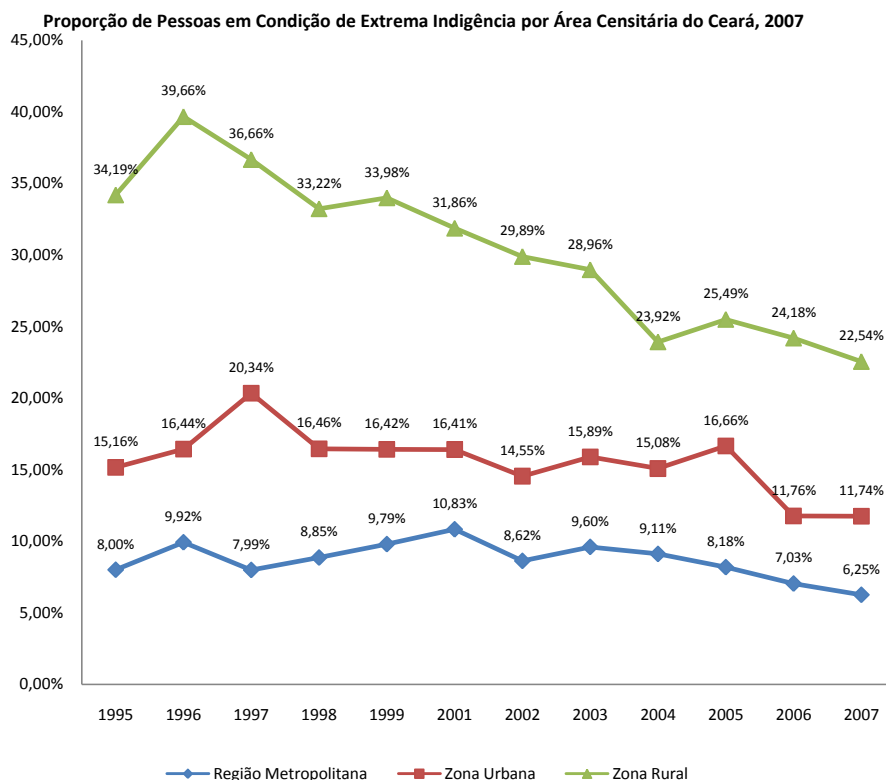


O Gráfico II mostra, então, a tendência de queda da proporção das pessoas na extrema indigência. Em 1995, a proporção era de 19,04%, e em 2007 esse número caiu para 11,86% - uma redução, portanto, de 37,7%.

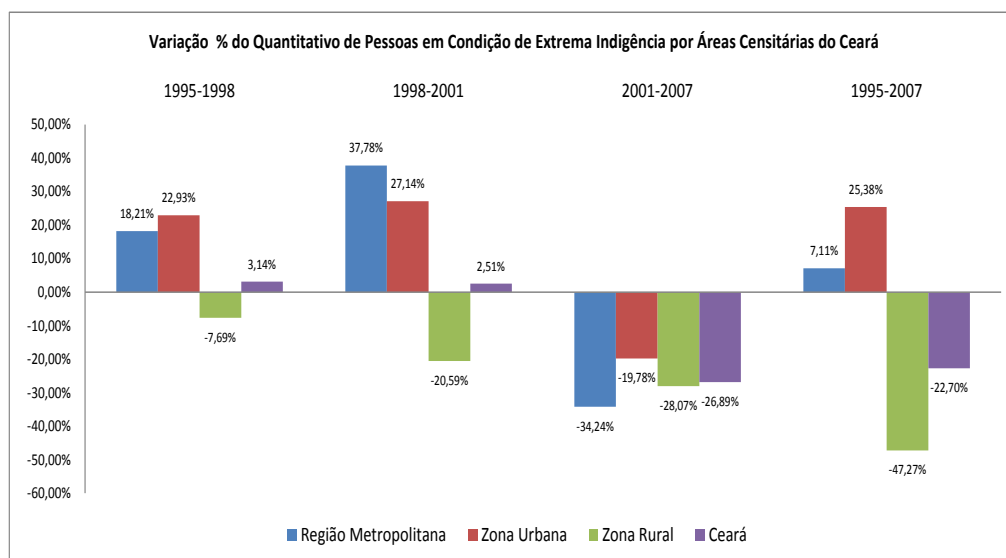
Essa diminuição pode ser visualizada também para as regiões do estado, fato mostrado no Gráfico III. Embora a queda no indicador seja comum às três áreas censitárias, a redução mais significativa ocorreu na área rural, semelhante ao que foi discutido anteriormente, quando da análise quantitativa. Essas evidências ratificam o que foi levantado anteriormente no sentido de que foi o âmbito rural que mais contribuiu para a queda da extrema indigência em todo estado de 1995 a 2007.

Na FIGURA II apresenta-se a variação percentual do quantitativo de pessoas em condição de extrema indigência no Ceará nas diversas regiões do Estado, classificando essas variações por períodos. Conforme também já visto na FIGURA I, a FIGURA II deixa claro que em todos os períodos observa-se uma queda nesse indicador na zona rural, mas, até 2001, esse contingente aumenta tanto na região metropolitana como na zona urbana.

### GRÁFICO III



### FIGURA II

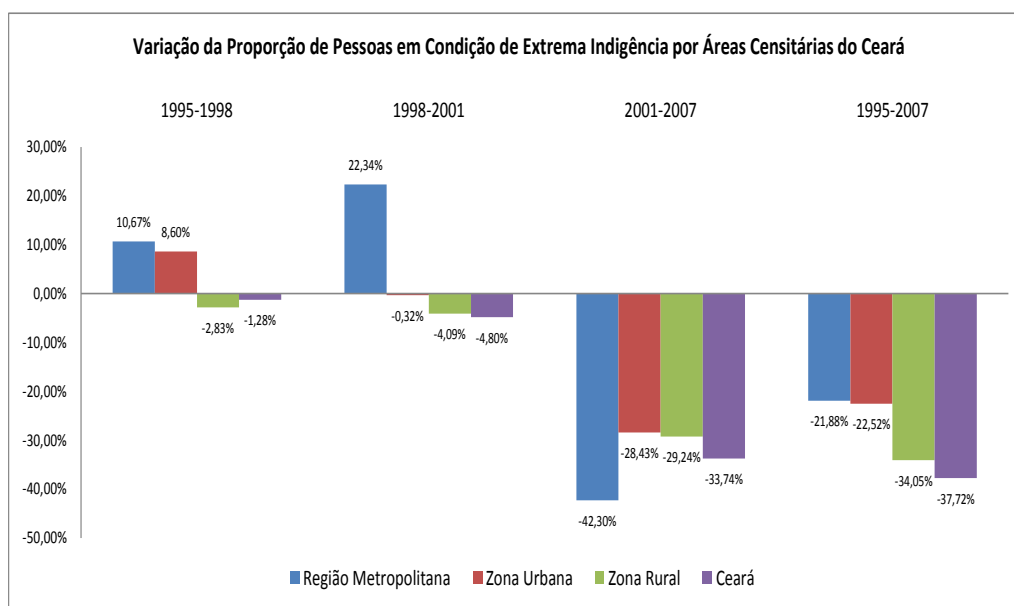


Além disso, se percebe que em momentos de crise econômica, como a observada no período 1998-2001, há um maior impacto na extrema indigência nas pessoas que vivem na zona metropolitana de Fortaleza. Nessa direção, verifica-se que no período 1995-1998 a extrema indigência duplicou sua taxa de crescimento, passando de



18,21% para 37,78%, um crescimento de quase 20 pontos percentuais. Mais uma vez percebe-se que a pobreza é mais afetada nessa área, e possíveis razões podem estar nos mecanismos formais e informais de segurança social que são menos eficientes nos grandes centros populacionais. A FIGURA III reforça também essa constatação com um aumento da extrema indigência em termos proporcionais na área metropolitana em mais de 220% nesse período.

**FIGURA III**



#### **IV. EVOLUÇÃO DA EXTREMA INDIGÊNCIA ENTRE 1995-2007: UM QUADRO COMPARATIVO DOS ESTADOS BRASILEIROS.**

A Tabela 1 e 2 apresentam um quadro geral da evolução da extrema indigência entre todos os estados brasileiros e o Distrito Federal de 1995 a 2007. São feitos cortes no tempo tendo como referência os diversos períodos de mudança de governo nos estados e no país, assim como são apresentadas as variações nestes períodos.

A primeira tabela refere-se ao número de pessoas na extrema indigência. O estado da federação com maior número de pessoas nessa condição em 2007 é a Bahia, com um pouco mais de 1,5 milhão de pessoas, seguido do Maranhão com quase 1 milhão e 78 mil e o Ceará com quase um milhão de indivíduos. Os estados com menor número de pessoas na extrema indigência são Roraima, Amapá e Amazonas nessa ordem, mas deve-se relatar a menor densidade populacional verificada nessas localidades.

Tabela 1: Número de Pessoas em Condição de Extrema Indigência por Unidades Federativas

Unidades	1995		2002		2006		2007		(95-02)%		(02-06)%		(06-07)%		(95-07)%	
	Nr Pes	RK	Nr Pes	RK	Nr Pes	RK	Nr Pes	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK
Acre	25.227	25	36.579	26	64.300	25	90.758	21	45,00%	21	75,78%	27	41,15%	25	259,77%	26
Alagoas	427.752	11	535.013	8	472.871	8	395.555	9	25,08%	17	-11,62%	20	-16,35%	5	-7,53%	17
Amapá	14.587	26	39.246	25	21.410	26	51.403	26	169,05%	26	-45,45%	2	140,09%	27	252,39%	25
Amazonas	144.688	21	276.151	16	307.511	13	337.283	13	90,86%	25	11,36%	25	9,68%	19	133,11%	24
Bahia	2.078.337	1	2.169.812	1	1.507.724	1	1.274.941	1	4,40%	13	-30,51%	7	-15,44%	7	-38,66%	6
<b>Ceará</b>	<b>1.282.220</b>	<b>4</b>	<b>1.224.188</b>	<b>4</b>	<b>1.035.798</b>	<b>2</b>	<b>991.120</b>	<b>3</b>	<b>-4,53%</b>	<b>9</b>	<b>-15,39%</b>	<b>18</b>	<b>-4,31%</b>	<b>13</b>	<b>-22,70%</b>	<b>12</b>
Distrito Federal	61.261	23	109.765	22	82.625	23	70.926	23	79,18%	23	-24,73%	13	-14,16%	8	15,78%	21
Espírito Santo	209.833	17	193.579	18	141.683	18	138.730	18	-7,75%	7	-26,81%	11	-2,08%	15	-33,89%	9
Goiás	301.354	14	289.937	15	185.237	16	214.303	16	-3,79%	10	-36,11%	4	15,69%	22	-28,89%	11
Maranhão	1.335.130	2	1.091.007	6	1.016.153	4	1.078.229	2	-18,28%	4	-6,86%	21	6,11%	18	-19,24%	13
Mato Grosso	163.657	20	154.974	19	111.839	19	110.077	19	-5,31%	8	-27,83%	9	-1,58%	16	-32,74%	10
Mato Grosso do Sul	105.988	22	102.315	23	97.210	20	66.059	25	-3,47%	11	-4,99%	23	-32,05%	1	-37,67%	7
Minas Gerais	1.291.346	3	1.268.423	3	781.896	6	634.721	6	-1,78%	12	-38,36%	3	-18,82%	3	-50,85%	4
Pará	220.740	15	404.960	13	554.768	7	462.808	7	83,46%	24	36,99%	26	-16,58%	4	109,66%	23
Paraíba	572.324	8	473.791	10	365.522	12	377.116	11	-17,22%	5	-22,85%	16	3,17%	17	-34,11%	8
Paraná	538.344	9	398.937	14	285.465	14	262.632	15	-25,90%	3	-28,44%	8	-8,00%	10	-51,21%	3
Pernambuco	906.325	6	1.158.133	5	983.919	5	949.314	4	27,78%	18	-15,04%	19	-3,52%	14	4,74%	20
Piauí	688.747	7	605.822	7	465.002	10	393.065	10	-12,04%	6	-23,24%	15	-15,47%	6	-42,93%	5
Rio de Janeiro	457.977	10	495.417	9	469.457	9	433.277	8	8,18%	19	-5,24%	1	-7,71%	24	-5,39%	19
Rio Grande do Norte	327.998	13	442.532	12	235.447	15	324.337	14	34,92%	16	-46,80%	17	37,75%	12	-1,12%	16
Rio Grande do Sul	412.338	12	452.940	11	370.667	11	351.321	12	9,85%	15	-18,16%	22	-5,22%	11	-14,80%	18
Rondônia	43.867	24	66.344	24	65.438	24	88.876	22	51,24%	22	-1,37%	24	35,82%	23	102,60%	22
Roraima	4.369	27	27.090	27	19.757	27	30.825	27	520,05%	27	-27,07%	10	56,02%	26	605,54%	27
Santa Catarina	205.827	19	123.086	20	92.064	21	70.187	24	-40,20%	2	-25,20%	12	-23,76%	2	-65,90%	1
São Paulo	1.123.253	5	1.556.166	2	1.035.104	3	926.120	5	38,54%	14	-33,48%	6	-10,53%	21	-17,55%	14
Sergipe	213.870	16	226.741	17	153.209	17	172.865	17	6,02%	20	-32,43%	5	12,83%	9	-19,17%	15
Tocantins	207.953	18	116.971	21	88.733	22	97.535	20	-43,75%	1	-24,14%	14	9,92%	20	-53,10%	2

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir de microdados da PNAD/IBGE

Notas:

linha de extrema indigência igual a 1/8 do salário mínimo por pessoa da família (R\$ 47,50 em reais de setembro de 2007)

colunas RK: elaboradas da maior para a menor quantidade de pessoas e, para as variações, da maior para a menor redução.



Por outro lado, no período como um todo, pode-se constatar que Santa Catarina foi o estado da federação com a maior redução do contingente populacional em extrema indigência, com quase 66% de queda. A maioria dos estados do Norte apresentou variações positivas, mas grande parte desse resultado deve-se ao fato da pesquisa em 1995 não ter incluído a população da zona rural, o que naturalmente superestima a variação calculada. O Ceará apresentou apenas a 12% variação do país.

A Tabela 2 apresenta os resultados tendo como referência a proporção populacional na situação de extrema indigência.

**Tabela 2: Proporção da População em Condição de Extrema Indigência por Unidades Federativas**

Unidades	1995		2002		2006		2007		(95-02)%		(02-06)%		(06-07)%		(95-07)%	
	P.P.	RK	P.P.	RK	P.P.	RK	P.P.	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK
Acre	8,28%	12	9,05%	13	9,69%	8	13,36%	2	9,27%	17	7,09%	27	37,93%	25	61,41%	26
Alagoas	15,87%	7	18,33%	3	15,47%	2	12,79%	4	15,49%	18	-15,60%	22	-17,29%	5	-19,39%	18
Amapá	5,18%	21	8,13%	15	3,46%	20	8,02%	12	57,05%	26	-57,48%	1	132,15%	27	55,01%	25
Amazonas	8,32%	11	12,05%	10	9,18%	9	9,83%	9	44,84%	25	-23,86%	18	7,12%	19	18,14%	24
Bahia	16,38%	6	16,15%	4	10,79%	6	9,04%	10	-1,41%	15	-33,17%	10	-16,25%	7	-44,82%	10
<b>Ceará</b>	<b>19,04%</b>	<b>4</b>	<b>15,77%</b>	<b>5</b>	<b>12,57%</b>	<b>4</b>	<b>11,86%</b>	<b>5</b>	<b>-17,18%</b>	<b>9</b>	<b>-20,27%</b>	<b>20</b>	<b>-5,69%</b>	<b>13</b>	<b>-37,72%</b>	<b>12</b>
Distrito Federal	3,51%	24	5,01%	21	3,45%	21	2,90%	22	42,72%	24	-31,05%	13	-15,94%	8	-17,29%	19
Espírito Santo	7,50%	15	5,95%	18	4,08%	17	3,93%	17	-20,65%	7	-31,49%	12	-3,64%	15	-47,61%	7
Goiás	6,97%	17	5,46%	20	3,22%	23	3,66%	19	-21,64%	5	-41,00%	5	13,50%	22	-47,53%	8
Maranhão	25,44%	1	18,57%	2	16,39%	1	17,17%	1	-27,02%	4	-11,70%	24	4,73%	18	-32,51%	15
Mato Grosso	7,02%	16	5,84%	19	3,90%	19	3,77%	18	-16,84%	10	-33,20%	9	-3,39%	16	-46,34%	9
Mato Grosso do Sul	5,52%	19	4,71%	22	4,22%	15	2,83%	23	-14,61%	11	-10,48%	25	-33,02%	1	-48,80%	6
Minas Gerais	7,80%	13	6,83%	17	4,01%	18	3,21%	20	-12,43%	12	-41,39%	4	-19,82%	3	-58,85%	4
Pará	7,52%	14	8,83%	14	7,77%	10	6,36%	15	17,47%	20	-11,98%	23	-18,17%	4	-15,39%	21
Paraíba	17,09%	5	13,46%	8	10,07%	7	10,32%	8	-21,25%	6	-25,16%	17	2,40%	17	-39,65%	11
Paraná	6,17%	18	4,03%	24	2,74%	25	2,49%	25	-34,74%	3	-31,87%	11	-9,10%	10	-59,58%	3
Pernambuco	12,14%	10	14,18%	7	11,55%	5	11,03%	6	16,80%	19	-18,57%	21	-4,52%	14	-9,18%	22
Piauí	25,20%	2	20,71%	1	15,29%	3	12,80%	3	-17,80%	8	-26,19%	16	-16,28%	6	-49,21%	5
Rio de Janeiro	3,44%	25	3,33%	26	3,01%	24	2,75%	24	-3,17%	22	-9,54%	3	-8,75%	24	-20,08%	20
Rio Grande do Norte	12,66%	9	15,32%	6	7,72%	11	10,49%	7	21,02%	16	-49,61%	19	35,94%	12	-17,10%	16
Rio Grande do Sul	4,29%	22	4,31%	23	3,37%	22	3,16%	21	0,33%	14	-21,66%	26	-6,23%	11	-26,30%	17
Rondônia	5,37%	20	6,96%	16	4,18%	16	5,57%	16	29,60%	23	-40,01%	6	33,45%	23	3,75%	23
Roraima	2,50%	27	9,70%	11	4,87%	14	7,38%	13	287,23%	27	-49,75%	2	51,51%	26	194,84%	27
Santa Catarina	4,24%	23	2,19%	27	1,54%	27	1,16%	27	-48,27%	2	-29,76%	15	-24,92%	2	-72,72%	1
São Paulo	3,32%	26	4,02%	25	2,51%	26	2,22%	26	20,97%	13	-37,42%	8	-11,85%	21	-33,26%	13
Sergipe	13,27%	8	12,09%	9	7,64%	12	8,48%	11	-8,91%	21	-36,83%	7	11,00%	9	-36,13%	14
Tocantins	20,58%	3	9,50%	12	6,64%	13	7,15%	14	-53,83%	1	-30,16%	14	7,76%	20	-65,25%	2

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir de microdados da PNAD/BGE

Notas:

linha de extrema indigência igual a 1/8 do salário mínimo por pessoa da família (R\$ 47,50 em reais de setembro de 2007)

colunas RK: elaboradas da maior para a menor proporção da população e, para as variações, da maior para a menor redução.



Em 2007 o Maranhão, com 17,17%, é o estado do país com maior proporção de pessoas em extrema indigência. O Acre (13,36%) e o Piauí (12,80%) são os estados em seqüência com piores resultados. O Ceará é o quinto, melhorando uma posição quando comprado a 1995. Santa Catarina, com apenas 1,16% de sua população na extrema indigência é o estado com melhor índice, sendo também a unidade da federação que teve o melhor desempenho entre 1995 e 2007, reduzindo em mais de 72% este indicador. Por outro lado, Roraima e Acre apresentaram os piores desempenhos. O mesmo problema metodológico (exclusão das áreas rurais da região Norte antes de 2004) que pode ter influenciado o caso anterior também se

aplica a esse indicador. O Ceará teve um desempenho mediano, ficando apenas com a 12ª melhor variação no período, sendo o 9º entre 1995 a 2002 e o 20º de 2002 a 2006.

## **V. CARACTERIZANDO A EXTREMA INDIGÊNCIA NO CEARÁ E O CUSTO FINANCEIRO DE SUA EXTINÇÃO.**

As Tabelas 3 a 7 apresentam uma caracterização geral da situação da extrema indigência no Ceará em 2007. A Tabela 3 aponta que grande parte desse contingente é jovem, sendo que quase 50% com até 15 anos de idade. Adicionalmente a essa situação, um pouco mais de 50% das pessoas acima de 15 anos - o que corresponde a 502 mil pessoas - tem até 4 (quatro) anos de estudos e mais de 80% destas pessoas têm até 8 (oito) anos de escolaridade (Tabela 4), demonstrando o nível mínimo de educação das pessoas em extrema indigência. Através da Tabela 5 pode-se constatar a maior proporção de mulheres nessa situação e, ainda, que as pessoas economicamente ativas representam um pouco mais de um terço do total de pessoas extremamente indigentes.

Finalmente, as Tabelas 6 e 7 apresentam, respectivamente, os custos financeiros da extinção da indigência e da extrema indigência no Ceará. Em termos da indigência (Tabela 6), verifica-se que se fossem transferidos recursos diretamente para essas pessoas, seriam necessários por volta de R\$ 100 milhões mensais ou R\$ 1,2 bilhão ao ano, sendo a zona rural contemplada com quase 40% desse total. Para se eliminar a extrema indigência, o valor estimado é de R\$ 23,6 milhões mensais - por volta de R\$ 284 milhões anuais -. O valor mensal a ser transferido para as áreas metropolitanas, urbanas e rurais estão estimados, respectivamente, em R\$ 6,4 milhões, R\$ 8,5 milhões e R\$ 8,6 milhões.

**Tabela 3 Ceará, Pessoas em Condição de Extrema Indigência \* por Idade, 2007**

Idade	Nr Pessoas	%
0 a 4	145.295	14,66%
5 a 9	163.507	16,50%
10 a 15	180.083	18,17%
16 a 25	179.611	18,12%
26 a 65	318.620	32,15%
acima de 65	4.004	0,40%
<b>Total</b>	<b>991.120</b>	<b>100,00%</b>

\* com renda familiar per capita abaixo de 1/8 do salário mínimo (R\$ 47,50 em set/2007)

Fonte: Elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

**Tabela 4 Ceará, Pessoas acima de 15 anos em Condição de Extrema Indigência \* por Escolaridade**

Anos de Estudo	Nr Pessoas	%
Sem Instrução	115.943	23,09%
1 a 4	145.227	28,92%
5 a 8	151.994	30,26%
9 a 12	82.451	16,42%
acima de 12	898	0,18%
Sem Declaração	5.722	1,14%
<b>Total</b>	<b>502.235</b>	<b>100,00%</b>

\* com renda familiar per capita abaixo de 1/4 do salário mínimo (R\$ 47,50 em set/2007)

Fonte: Elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

**Tabela 5 Ceará, Pessoas em Condição de Extrema Indigência \* - Distribuição por Gênero e Condição de Atividade**

	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Economicamente Ativo	209.031	21,09%	148.076	14,94%	357.107	36,03%
Não-Economicamente Ativo	103.520	10,44%	221.691	22,37%	325.211	32,81%
Não Aplicável	158.304	15,97%	150.498	15,18%	308.802	31,16%
<b>Total</b>	<b>470.855</b>	<b>47,51%</b>	<b>520.265</b>	<b>52,49%</b>	<b>991.120</b>	<b>100,00%</b>

\* com renda familiar per capita abaixo de 1/8 do salário mínimo (R\$ 47,50 em reais de set/2007)

Fonte: Elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

**Tabela 6 Ceará, Renda Mensal a Ser Transferida para Pessoas em Condição de Indigência \***

Área Censitária	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Região Metropolitana	10.637.596,00	10,68%	13.614.261,00	13,67%	24.251.857,00	24,36%
Zona Urbana	16.973.861,60	17,05%	19.351.613,40	19,43%	36.325.475,00	36,48%
Zona Rural	19.941.299,80	20,03%	19.054.967,10	19,14%	38.996.266,90	39,16%
<b>Total Mensal</b>	<b>47.552.757,30</b>	<b>47,76%</b>	<b>52.020.841,50</b>	<b>52,24%</b>	<b>99.573.598,80</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total Anual</b>	<b>570.633.087,60</b>		<b>624.250.098,00</b>		<b>1.194.883.185,60</b>	

\* com renda familiar per capita abaixo de 1/4 do salário mínimo (R\$ 95,00 em reais de set/2007)

Fonte: Elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE



**Tabela 7 Ceará, Renda Mensal a Ser Transferida para Pessoas em Condição de Extrema Indigência \***

Área Censitária	Masculino	%	Feminino	%	Total Mensal	%
Região Metropolitana	2.779.929,89	11,74%	3.708.587,00	15,66%	6.488.516,89	27,40%
Zona Urbana	3.941.804,66	16,65%	4.624.720,47	19,53%	8.566.525,13	36,18%
Zona Rural	4.360.598,42	18,41%	4.264.514,82	18,01%	8.625.113,24	36,42%
Total Mensal	11.082.332,97	46,80%	12.597.822,29	53,20%	23.680.155,26	100,00%
Total Anual	132.987.995,64		151.173.867,48		284.161.863,12	

\* com renda familiar per capita abaixo de 1/8 do salário mínimo (R\$ 47,50 em reais de set/2007)

Fonte: Elaboração LEP/CAEN a partir da PNAD/IBGE

